

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.720 - MS (2018/0311596-4)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : D G DE S  
**RECORRENTE** : N R B  
**RECORRENTE** : J R B  
**RECORRENTE** : F C C  
**ADVOGADO** : IRACENO TEODORO ALVES NETO - MS017156  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por D G DE S, N R B, J R B e F C C, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, proferido no julgamento do HC n. 0028312-38.2018.8.16.0000, assim ementado:

*"HABEAS CORPUS - PRISÃO PREVENTIVA - ARTIGO 2º, § 2º E 4º, I, DA LEI 12.850/13 (LEI DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS) - ARTIGOS 33, CAPUT, E 35, DA LEI 11.343/06, 35, CAPUT, AMBOS DA LEI N. 11.343/2006 - ARTIGO 180, DO CÓDIGO PENAL - ARTIGO 12, CAPUT, DA LEI Nº 10.826/2003 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA - PRORROGAÇÕES - ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA HOUVER EMPREGO DE ARMA DE FOGO - PENA AGRAVADA PARA QUEM EXERCE O COMANDO, INDIVIDUAL OU COLETIVO, DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - RECEPÇÃO - POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - CONCURSO MATERIAL - TEORIA DO ENCONTRO FORTUITO OU CASUAL DAS PROVAS (SERENDIPIDADE) - 'OPERAÇÃO KATAGOGIS' - RÉU QUE APONTOU O PRIMEIRO NÚMERO DE TELEFONE - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - DEFESA NÃO DEMONSTROU OUTROS MEIOS PARA OBTENÇÃO DA PROVA - NULIDADE INEXISTENTE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA*

*I - A medida foi decretada para elucidar crime de homicídio doloso, cujo corpo da vítima foi encontrado, no dia 13 de agosto de 2017, em avançado estado de decomposição, abandonado às margens do Rio Sucuriú, o que por si só demonstra a gravidade do delito em apuração. O crime de homicídio já é objeto da ação penal de nº 0000883-44.2018.8.12.0021.*

*II - As interceptações foram iniciadas em uma linha*

# *Superior Tribunal de Justiça*

apontada por um dos réus. A Jurisprudência é firme no sentido de que o prazo de duração da interceptação pode ser renovado indefinidamente, desde que comprovada a real indispensabilidade da medida e mediante decisão judicial devidamente fundamentada. E mais, os elementos podem servir de base para outras investigações ou aprofundamento da investigação em curso.

III - Ressalte-se que existem 41 (quarenta e um) acusados. Trata-se de resultado da 'Operação Katagogis'. A medida foi necessária, satisfeitos os requisitos (2º exigidos pelo art. 2º da Lei nº 9.296/96, e considerando a imperiosa necessidade de se avançar nas investigações, as interceptações foram decretadas e renovadas. Não haviam outros meios para obtenção das provas, tornando a medida imprescindível. Em todas as decisões constaram expressamente os específicos numerais telefônicos e aparelhos celulares a serem monitorados. E quando nada traziam para a investigação, os numerais foram imediatamente excluídos.

IV - Ademais, se haviam outros meios, o ônus para apontar é da defesa, que não o fez.

V - Nisto, incide a Teoria do Encontro Fortuito ou Casual das Provas (Serendipidade).

VI - Ordem denegada. Com o parecer da PGJ." (fls. 581/582)

Federal: Por oportuno, confira-se o relatório elaborado pelo Ministério Público

"Cuida-se de recurso ordinário em habeas corpus interposto por Diego Garcia de Souza e outros contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Consta nos autos que os recorrentes foram presos preventivamente pela prática dos crimes previstos no art. 2º, § 2º e 4º, I da lei 12.850/13, artigos 33, caput e 35 da lei 11.343/06 e artigo 180 do Código Penal.

A investigação dos referidos crimes lastreou-se em interceptações telefônicas que os recorrentes reputam ilícitas. Inconformados, impetraram habeas corpus perante o Tribunal Local, cuja ordem foi denegada.

No presente recurso ordinário em habeas corpus, insistem os recorrentes serem ilegais as interceptações telefônicas, desde a inicial abrangendo as suas prorrogações.

Requer, assim, o provimento do Recurso Ordinário com a concessão da ordem de habeas corpus para que:

a) sejam declaradas nulas todas as interceptações de comunicação, em face da carência de fundamentação concreta e da ilegalidade de interceptação sem autorização judicial, declarando-se a nulidade de todo o procedimento;

# Superior Tribunal de Justiça

b) sejam declaradas nulas as interceptações autorizadas no terminal da recorrente Joziane Rosa Barbosa, bem como todas as provas que dela decorrem;

c) Seja determinada a exclusão da Ação Penal nº 001670-73.2018.8.12.0021, de todas as referências às interceptações pertinentes aos pacientes e ao resultado das mesmas, qual seja, resumo, transcrições ou remissões às suas conversas interceptadas; e consequentemente seja anulada a ação penal desde o recebimento da denúncia;

d) seja ordenado o desentranhamento dos autos de todos os elementos de convicção que tenham sido concretamente descobertos em razão das interceptações da comunicação telefônica dos recorrentes." (fls. 689/690)

Sem pleito liminar, transcrevo o sumário do parecer ministerial:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO KATAGOGIS - TRÁFICO DE DROGAS E DE ARMAS - ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. DECRETAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO FUNDAMENTADAS. REQUISITOS DA LEI 9.296/96 SATISFEITOS. PARECER PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO." (fl. 689)

É o relatório.

Decido.

A propósito, transcrevo excerto do parecer do *Parquet*, em relação ao mérito da lide:

"No que pertine à alegação de ilegalidade das interceptações decretadas e prorrogadas, não vislumbro qualquer consistência jurídica na tese defendida nas instâncias precedentes e aqui reiterada.

Como se observa dos elementos constantes dos autos, em decorrência de um encontro fortuito de provas, durante a investigação de um homicídio doloso ocorrido em agosto de 2017, descobriu-se a existência de uma organização criminosa voltada ao tráfico de drogas e comércio ilegal de armas e à receptação, na cidade de Três Lagoas-MS.

No decorrer do processo investigativo, foi regularmente decretada pelo juízo da 1ª vara criminal de Três Lagoas, a interceptação telefônica do recorrente NIVALDO ROSA BARBOZA, à época suspeito de ser um dos responsáveis pelo mencionado homicídio, ocasião em que se constatou que ele também era o chefe de uma organização criminosa à qual pertenciam os recorrentes.

O recorrente NIVALDO defende que essa primeira

# *Superior Tribunal de Justiça*

*interceptação seria ilícita sob o genérico argumento de carência de fundamentação idônea porque o juízo não teria mencionado quem seriam os alvos, mas apenas fez menção a quais os terminais interceptados e que não existiu qualquer fundamentação sobre se a medida seria indispensável.*

*A tese não encontra respaldo nos autos. Com efeito, como se observa da decisão judicial que decretou a quebra de sigilo (e-STJ fl. 587) não existem as eivas mencionadas, bem ao contrário.*

*No que se refere à individualização dos alvos e necessidade da interceptação, os alvos eram exatamente os investigados pelo mencionado homicídio, dentre eles o Recorrente Nivaldo. Bem por isso, consta na decisão:*

*'Segundo consta, o homicídio foi praticado mediante disparo de arma de fogo, sendo certo que os investigados são pessoas conhecidas no meio policial e bastante temidas na localidade, o que dificulta sobremaneira a obtenção de novas provas, notadamente a prova testemunhal.*

*Nesta senda, tem-se por extremamente difícil a consecução das provas perseguidas pela autoridade policial, senão mediante a medida pretendida.*

*No mais, os fatos conferem indícios razoáveis de autoria ou coparticipação dos investigados e, tratando-se de crime apenado com reclusão, tem-se por preenchidos os requisitos do art. 2º da Lei nº 9.296/96, impondo-se o acolhimento da pretensão'.*

*(Negrito acrescido)*

*A necessidade está demonstrada pela dificuldade de se obter novas informações, dada a periculosidade dos investigados e o temor que impunham na localidade, por seria extremamente difícil a coleta de provas, senão através da interceptação telefônica.*

*Igualmente não se sustenta a tese da nulidade da decisão judicial ao prorrogar a interceptação da recorrente JOZIANE ROSA BARBOSA, sem qualquer prova ou indício de sua participação em qualquer ilícito na data da prorrogação.*

*Merece destaque, desde logo, que foi o Recorrente NIVALDO, irmão da recorrente JOZIANE quem informou ser seu aquele número. Portanto, inexistente qualquer mácula na primeira decretação, mesmo porque a ninguém é lícito beneficiar-se de sua própria torpeza. Ademais, apesar de, de direito, estar em nome de Joziane nada impede que de fato pertença ao Recorrente NIVALDO, presunção essa que a Recorrente não logrou ilidir.*

*Ademais, como ressaltado, mesmo depois de saber que o terminal pertenceria de direito à Recorrente JOZIANE, essa prorrogação era lícita, necessária e conveniente à instrução criminal porque 'o monitoramento foi extremamente útil na medida em que prestou-se para a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*identificação do terminal que efetivamente vinha sendo utilizado no Nivaldo naquela oportunidade – o qual não foi pelo mesmo, diga-se – e, ademais, tratando-se de número apontado pelo representado como seu – o que se amostrou inverídico, evidenciando má-fé – e estando na posse de pessoa extremamente próxima, conclui-se pela continuidade das investigações, exclusivamente para fins de interesse da investigação criminal, sendo oportuno ressaltar que não raras vezes os criminosos sob investigação criminal utilizam-se de aparelhos telefônicos de terceiros, quer familiares, amigos ou 'laranjas' e constantemente trocam de terminal telefônico, justamente com vistas a burlar eventual monitoramento telefônico'.*

*Por derradeiro não se sustenta a alegação de vícios nas sucessivas prorrogações. Análise perfunctória de todas as decisões permite verificar suficiente e delineada motivação, sendo de ressaltar que o prazo de duração de interceptação pode ser renovada indefinidamente, desde que comprovada, como no caso indispensabilidade da medida.*

*Não é demais ressaltar que se trata de uma densa e complexa investigação, denominada de operação Katagogis, sobre uma imensa e bem organizada associação criminosa, já existindo 41 (quarenta e um) acusados.*

*Nesse sentido, força é reconhecer que todas as interceptações e prorrogações decretadas foram necessárias, estando satisfeitos os requisitos previstos no artigo 2º da lei nº 9.296/96, vez que demonstrada, a sobejo, a imperiosa necessidade de tais medidas para se avançar nas investigações.*

*Assim, inexistente qualquer ilegalidade no acórdão combatido, pelo que deverá ser mantido." (fls. 690/694)*

Como visto, no bem elaborado parecer ministerial, o qual adoto como razões de decidir, a decisão que deferiu a escuta telefônica, bem como as que a prorrogaram foram devidamente fundamentadas, além de ter ficado demonstrado a necessidade dessa prova.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator